Origem: BELÉM;
Destino: SALINÓPOLIS;
Período: 04/01/2024 a 08/01/2024;
Diária(s): 4 e ½ (quatro e meia);
Servidor(es):
5902039; RICHARD DE NIXON RAIOL LEAO; POLICIAL PENAL;
Ordenador: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES

Protocolo: 1035421

Portaria Nº: 00402/2024/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA

Objetivo: ADENTRAR NAS UNIDADES PENAIS DA CIDADE DE SANTARÉM/PA, EMPREENDER REVISTAS E SE ESTABELECEER, DANDO CONTINUIDADE NAS ROTINAS OPERACIONAIS, PARA FINS DE MANTER O CONTROLE PENAL DE CUCURANÁ.

Origem: SANTA IZABEL DO PARÁ;
Destino: SANTARÉM;
Período: 25/01/2024 a 09/02/2024;
Diária(s): 15 e ½ (quinze e meia);
Servidor(es):

5616034; MARCIO EMILIANO DA COSTA SENA; POLICIAL MILITAR;
5676142; CLAUDECIR SOARES DO NASCIMENTO; POLICIAL MILITAR;
57222083; ELIELSON PEREIRA DO NASCIMENTO; POLICIAL MILITAR;
57221724; RENATO SALOMAO DA COSTA; POLICIAL MILITAR;
57222179; DIOGO RAMALHO DE AVIZ; POLICIAL MILITAR;
6402140; RAUL VIEIRA BATISTA; POLICIAL MILITAR;
6402770; ANDRE BARREIROS SILVA; POLICIAL MILITAR;
5973075; MIGUEL GEAN DE SOUSA LOPES; POLICIAL PENAL;
Ordenador: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES

Protocolo: 1035422

OUTRAS MATÉRIAS

PAE Nº 2022/1439831

Assunto: Pedido de Reconsideração.

Interessado: VOGUE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LTDA.
DECISÃO

Os autos do presente processo vieram ao gabinete para análise quanto ao Pedido de Reconsideração interposto pela empresa VOGUE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LTDA em razão da aplicação de penalidade conferida em Processo Administrativo Sancionatório que apurou o cometimento de irregularidades durante a execução do Contrato Administrativo nº 126/2021, cujo objeto é o fornecimento de alimentação às pessoas sob custódia, preparadas especialmente para 21 (vinte e uma) Unidades Penitenciárias pertencentes a esta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA e 10 (dez) Delegacias de Polícia Civil - DEPOL.

Em 08/11/2022 foi criado o presente processo, anexando Ofício Interno nº061/2021, encaminhando relatório e juntada de documento de inexecuções contratuais por parte da empresa Vogue Alimentação e Nutrição Ltda, solicitando a viabilidade de abertura de processo administrativo sancionatório, pelo que foi decidido por esta administração, após a devida instrução processual, acolher o relatório conclusivo da Comissão de Processo Sancionatório, e, no que concerne à dosimetria da penalidade imposta ao recorrente, foi aplicada à empresa Vogue Alimentação a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato Administrativo de nº 126/2020, arbitrando a multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual, conforme previsto no Contrato.

Após a prolação da penalidade e publicação do referido ato administrativo na imprensa oficial, a contratada interpelou, antecipadamente, pedido de efeito suspensivo da decisão acima prolatada, que consta no PAE nº 2023/1415243 (seq. 02), sob alegação de que o referido dispositivo administrativo poderia ocasionar prejuízos de difícil ou incerta reparação dos direitos da empresa Vogue, o que foi acatado por esta administração, aos moldes do art. 75, § 1º da Lei Estadual 8972/2020, tendo a contratada manifestado também, naquele ato, sua intenção recursal da decisão administrativa em tela, sendo que o mencionado recurso foi impetrado e está acostado aos presentes autos ao sequencial 67, onde, em apertada síntese, a recorrente alegou: que o processo deve ser anulado em decorrência da superação do prazo para a sua conclusão; que a comissão processante em seu relatório, apenas indicou de maneira genérica a pena a ser aplicada, pelo que pugna pela nulidade do processo sancionatório; no mérito, que durante toda a instrução processual agiu com boa fé, o que deve ser considerado pela administração; que, a fim de substituir as sanções determinadas por esta administração, propôs a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, visto que a aplicação da multa de 20% sob o valor do contrato inviabilizara ao contratado o cumprimento deste na sua integralidade.

Neste sentido, o pleito foi analisado pela Consultoria Jurídica - CONJUR, que por meio do Parecer nº 12/2024 (seq. 70), opinou, o seguinte: Sobre o pedido de Nulidade do processo em decorrência da superação do prazo para conclusão, esclareceu que os referidos prazos são impróprios, ou seja, não acarretam consequências específicas caso não sejam observados rigorosamente, sendo o prazo praticado, além do prazo impróprio, válido e eficaz.

No que concerne a alegação de nulidade do processo por ausência de dosimetria no relatório da comissão de apuração, opina a Consultoria Jurídica

que a pena a ser aplicada não se trata de elemento disposto no art. 118, o qual prevê a competência da comissão processante, devendo ser compreendido que a natureza genérica da pena indicada pela comissão processante, não desqualifica, por si só o relatório conclusivo, de maneira que não é capaz de invalidar o processo, sendo a atribuição de determinação precisa da pena, legítima do Secretário, o que fora feito.

Sobre as atitudes da recorrente durante toda a instrução processual, alega a Consultoria que a boa-fé é princípio jurídico fundamental e que deve ser seguido pela contratada, sendo que o histórico desta deve ser avaliado para circunstâncias atenuantes e, quanto a proporcionalidade da pena aplicada, afirma a CONJUR que vale considerar as implicações desta em comparação à infração cometida, não apenas à condenada, mas à Administração Pública, e no que se refere à multa de 20% do valor do contrato, aconselhou a ponderação do valor a ser aplicado, visto que a imposição de multas substanciais podem acarretar implicações significativas às partes, o que poderá ocasionar a dificuldade em executar outros contratos administrativos e, não podendo garantir direitos aos administrados, poderá trazer prejuízos à própria Administração pública.

Sugere, ainda, a Consultoria Jurídica, ser possível a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, mostrando ser alternativa viável, porquanto permite a revisão de medidas mais proporcionais à infração, com base no art. 6, da Lei n.º 4.657/42, e art. 141, da Lei Estadual n.º 8.972/2020.

Neste sentido, sabe-se que à luz da Lei 8972/2020, em seu artigo 62, deve a administração motivar seus atos, e em seu inciso V, é previsto que o administrador decida pedidos de recursos administrativos, reconsideração e revisão. Além disso a Doutrina Administrativa, bem como o art. 50, §1º da lei 9.784/99 prevêem que "a motivação do ato deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato", sendo este configurado o que se denomina de Motivação Aliunde dos atos administrativos, bastando a administração concordar com os argumentos opinativos expedidos no ato prévio a que se refere.

Assim, considerando que a empresa recorrente é primária na inexecução de contratos administrativos com esta Administração, bem como, e especialmente, considerando o valor global do contrato (Seq. 07), visto que o valor expressivo da multa pode afetar a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações financeiras e a execução de demais contratos que tiver celebrado junto ao Poder Público, sendo que o valor estimado da multa extrapola seu caráter disciplinar, siga o Parecer nº 12/2024 da Consultoria Jurídica - CONJUR/SEAP/PA (Seq. 70).

Ante o exposto, com fulcro no art. 62, 82 e 141, da Lei Estadual 8972/2020; art. 22 §2º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro; art. 26 da Lei 4657/42, bem como, diante do inequívoco e manifesto interesse público na boa prestação do serviço público, acato o pedido de reconsideração da decisão anteriormente prolatada e decido pela Formalização de TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA junto à empresa VOGUE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LTDA, conforme sugerido no parecer da Consultoria Jurídica nº 12/2024/CONJUR/SEAP/PA, de modo que as cláusulas do referido instrumento sejam elaboradas em consonância com os Princípios da Administração Pública e em atenção ao melhor interesse público.

Por oportuno, com fulcro na legislação pertinente ao caso, determino que seja instrumentalizada a minuta do referido Termo, devendo ser submetida a posterior análise da Consultoria Jurídica desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Belém, na data da assinatura.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 1035556

**Portaria DE FUNÇÃO GRATIFICADA Nº 172/2024/DGP/SEAP/PA
Belém, 26 de Janeiro de 2024.**

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, pela Portaria Nº 037/2023/GAB/SEAP de 30/01/2023;

Resolve:

DESIGNAR o (a) servidor (a) ARIANE TAYSSA PINTO DE SOUZA, matrícula funcional nº 5976313/, para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Serviços Técnicos Penitenciários de Reinserção Social (GSTP) com lotação na Unidade de Custódia e Reinserção de Ananindeua (UCR ANANINDEUA), no período de 01/02/2024 a 01/03/2024, em substituição à titular KELLY CRISTINA TELES CARDOSO, matrícula funcional nº 54193690/1, que estará em gozo de férias regulamentares.

WALDILSON COLINS

Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 1035546

TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR

ATO: TERMO DE DISTRATO

- Término de Vínculo: 29/01/2024

Motivo: a pedido

Servidor Temporário: ALEXANDER PEGORELLI DE LIMA

Matrícula: 5959469 – Assistente Administrativo

ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 1035580